



Centro Universitário de Brasília - Uniceub
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - FASA
Curso: Comunicação Social
Habilitação: Jornalismo

MOISÉS RODRIGUES BEZERRA
RA:2031451/5

**A COBERTURA DO JORNAL *CORREIO BRAZILIENSE* SOBRE A POLÍTICA
DE COTAS UNIVERSITÁRIAS**

BRASÍLIA
MAIO, 2007



Centro Universitário de Brasília - Uniceub
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - FASA
Curso: Comunicação Social
Habilitação: Jornalismo
Orientador: Sidnei Volkmann

MOISÉS RODRIGUES BEZERRA
RA: 2031451/5

**A COBERTURA DO JORNAL *CORREIO BRAZILIENSE* SOBRE A POLÍTICA
DE COTAS UNIVERSITÁRIAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro Universitário de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Orientador: Prof^o. Sidnei Volkmann.

BRASÍLIA
MAIO/2007

MOISÉS RODRIGUES BEZERRA

**A COBERTURA DO JORNAL *CORREIO BRAZILIENSE* SOBRE A POLÍTICA
DE COTAS UNIVERSITÁRIAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro Universitário de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Orientador: Prof^o. Sidnei Volkmann.

BRASÍLIA, 18 DE MAIO DE 2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o Sidnei Volkmann
Orientador

Prof^o Renato Ferraz
Examinador

Prof^o Carlos de Sousa
Examinador

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
1 HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS.....	6
1.1 Ações Afirmativas.....	8
1.2 Cotas Universitárias na Universidade de Brasília.....	12
1.4 Imprensa e Racismo.....	13
2 METODOLOGIA.....	17
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS MATÉRIAS.....	19
CONCLUSÃO.....	31
REFERÊNCIAS.....	32
ANEXOS.....	33

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal apresentar uma análise de conteúdo de matérias do Jornal *Correio Braziliense* que trataram da cobertura sobre a Política de Cotas Universitárias na Universidade de Brasília (UnB).

Diante do vasto período de tempo em que se noticiou o assunto e que se ampliou o debate, o espaço delimitado e escolhido para a análise foi do dia 18 de março de 2004, quando foi noticiado pela primeira vez no jornal até o dia 13 de julho de 2004, data em que foi divulgado o resultado do primeiro Vestibular com o regime de cotas universitárias.

O problema a ser levantado na pesquisa foi o de tentar responder ‘Em que medida a cobertura do tema pelo Jornal *Correio Braziliense* influenciou no debate sobre cotas universitárias ao longo das reportagens e por quê na maioria delas, o jornal manteve uma postura contrária às cotas, na maior parte das vezes caracterizando-a como um problema e não como uma solução?’

O motivo pelo qual escolhi esse assunto se deu primeiramente, por ser negro e filho de mãe negra, além de militar no movimento negro participando de debates e discussões em alguns encontros ocorridos na época em que o assunto veio à tona e em outras ocasiões.

Como graduando em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, escolhi o Jornal *Correio Braziliense* porque moro em Brasília e vi de perto o quanto a notícia teve propagação na cidade. Brasília virou referência educacional ao adotar tal política e a repercussão que esse assunto obteve influenciou muitas opiniões.

O impacto foi intenso e o debate ainda se estende ao ano vigente. A primeira Universidade Pública Federal ao implementar a política de cotas universitárias e o jornal que cobre acontecimentos importantes para o Brasil são critérios bastante motivadores para a pesquisa.

Palavras-chaves:

Cotas, Negro, Mídia, Preconceito

1 Histórico e Contextualização da Política de Cotas

Diz a Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 em seu artigo 3º que é objetivo fundamental da República:

VI - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, **raça**, sexo, **cor**, idade e quaisquer outras **formas de discriminação**.

E diz ainda, no art. 4º, que o Brasil rege-se nas suas relações internacionais por um princípio: VIII - repúdio ao terrorismo e ao **racismo**.

Historicamente, no Brasil, o racismo era conciliável com o comércio de escravos e com o desenvolvimento do capitalismo acreditando-se que a dominação racial e o *status* inferior dos negros perante aos senhores brancos permaneceriam por longos anos.

Desde a Abolição da Escravatura, em 13 de maio de 1888, quando foi assinada a Lei Áurea pela Princesa Isabel, a visão do trabalho escravo já tinha outro significado no mercado econômico, não constituía mais vantagem ou lucro, manter unicamente a mão-de-obra escrava como fator de desenvolvimento. Esta nova condição, no entanto, não foi suficiente para o resgate da dívida acumulada pelo Estado brasileiro em relação aos africanos e seus descendentes.

Um dos grandes debatedores do assunto, o sociólogo Gilberto Freyre popularizou, através da obra *Casa Grande e Senzala* (FREYRE, 1936, p. 21), a idéia da “Democracia Racial”, que dominou o pensamento sobre raça dos anos 1930 até o começo dos anos 1990, transformando essa assertiva numa característica literária e cultural do nacionalismo brasileiro.

Para ele, o Brasil era o único país reconhecido por uma miscelânea dos povos e culturas européias, indígenas e africanas, sustentando que a sociedade brasileira estava desprendida do racismo que afetava o resto do mundo, justamente por essa diversidade. Pregava também a existência de uma harmonia racial, um paradigma que perdurou absoluto por muito tempo.

Segundo Freyre,

A façanha que representou o processo de fusão racial e cultural é negada, desse modo, no nível aparentemente mais

fluido das relações sociais, opondo à unidade de um denominador cultural comum, com que se identifica um povo de 160 milhões de habitantes, a dilaceração desse mesmo povo por uma estratificação classista de nítido colorido racial e do tipo mais cruamente desigualitário separam os estratos sociais” (FREYRE, 1936, p. 21)

Desde a disseminação desse mito, integrantes do movimento negro, entre os principais o ativista negro Abdias do Nascimento, começaram a contestar as idéias de Freyre argumentando que essa visão anti-racista estaria fazendo com que a população negra estivesse sendo minimizada no que tange a sua cultura e aos seus valores.

Segundo Telles, em *Racismo à Brasileira - uma nova perspectiva Sociológica*, o mito da democracia racial começava a ser esquecido.

Apesar da contestação dos mais importantes acadêmicos brasileiros desse período, a forma de pensar de Freyre prevaleceu por mais de cinquenta anos, mas, finalmente, uma nova forma de pensar tomaria seu lugar nos anos 90. Esse novo período seria marcado pelo reconhecimento do racismo por vários setores da sociedade e o surgimento de pressões para que o Estado ampliasse a cidadania democrática real e os direitos humanos de sua população negra. (TELLES, 2003, p. 74-75)

Líderes do movimento negro realizaram, então, debates com a finalidade de manter suas estratégias anti-racistas, lançando campanhas educativas e utilizando a mídia para expor os males advindos do racismo no Brasil, como o tratamento dirigido aos negros por parte da mídia, que procura mantê-los “invisíveis” ou somente em colunas policiais, os indicadores de desigualdade desse segmento presentes no acesso ao ensino e ao emprego, só para citar alguns.

Para Sodré, em *Claros e escuros – Identidade, povo e mídia no Brasil*, a reivindicação de uma identidade própria seria indispensável para se discutir as relações raciais naquele momento.

No Brasil, principalmente a partir dos anos setenta, jovens negros passaram a reivindicar uma identidade cultural própria, em oposição ao padrão sincrético e única dominante. (SODRÉ, p.126, 2000)

Como a maioria da população negra não integra os principais postos de educação, trabalho e moradia-espço, e não participa em sua totalidade dos frutos do progresso nacional, urgiu-se a revolta de integrantes dos Movimentos Negros para que tal mudança racial acontecesse na sociedade. Esses movimentos participaram e ainda contribuem para o debate sobre esse mecanismo de não acesso.

O negro começaria a lutar para combater o racismo velado, reivindicando a implantação de políticas públicas e ações afirmativas no sentido de possibilitar-lhes maiores oportunidades de inclusão e acesso à escola, à saúde, ao emprego, à moradia.

1.1. Ações Afirmativas

A princípio, a idéia de estabelecer ações afirmativas ou políticas especificamente desenhadas para negros, como a “política de cotas universitárias para afrodescendentes”, soou estranho no contexto social brasileiro porque, entre outras justificativas, essas políticas estariam sendo implementadas por pessoas que carregavam políticas norte-americanas nas suas ações.

A ação afirmativa racial foi e está sendo encarada por muitos como uma solução norte-americana, no qual a raça é um dos principais obstáculos à mobilidade e vista como pouca apropriada para o Brasil. Muitos falam que tais políticas são contrárias às tradições filosóficas e legais do país. Dizem também que preferem sugerir políticas universalistas para reduzir a desigualdade racial,

sem mencionar ou definir raça. Discordando da implementação da política de cotas, Kamel diz, em *“Não somos Racistas”*, que:

A grande tragédia que as políticas de preferências e de cotas acarretam é a disseminação de conflitos e, no limite, o ódio. O sentimento de que o mérito não importa esgarça o tecido social. (KAMEL, 2006, p.92)

No entanto, não podemos esquecer que o intuito oficial da ação afirmativa é o de reduzir a desigualdade racial e amenizar as suas consequências. Caso o governo brasileiro pretenda assumir o compromisso de estabelecer um diferencial na vida da maioria dos pretos do país, necessitaria desenvolver uma série de políticas públicas que aliassem políticas sociais universalistas de desenvolvimento com o objetivo de minimizar a hiperdesigualdade atual com ação afirmativa de ordem racial, causando um desaparecimento de barreiras invisíveis e minorando a discriminação racial, o que segundo Telles,

(...) requer que sejam atacadas as três maiores barreiras à verdadeira democracia racial: a hiperdesigualdade, as “barreiras individuais” e a cultura racista. (TELLES, 2003, p.274)

Exemplo significativo e presente nos dias atuais, além de propagado em inúmeros meios de comunicação, as cotas universitárias (reserva de vagas) para negros e afrodescendentes têm sido criadas em vários estados brasileiros e são necessárias, por representarem uma amostra inovadora de ação inclusiva e um mecanismo de grande alcance para o acesso da população negra aos locais onde o predomínio é branco.

As cotas universitárias são formas extremas de ação afirmativa no significado real do termo. Fixar um número determinado de vagas para uma parcela específica da população na conquista de uma vaga na universidade representa um caminho eficiente de garantir maior representação de negros na esfera social. Pesquisas de opinião pública dão suporte e comprovam a hipótese

de que a maioria dos brasileiros apóia as cotas raciais e quem mais se opõe ao sistema, no Brasil, é a elite branca.

Diogo nos diz que,

Negar a política de ação afirmativa através de cotas no serviço público ou na universidade significa, ao meu ver, compactuar com a idéia do mito da democracia racial que impera no Brasil, encobrindo injustiças e desigualdades de toda ordem. Devemos rejeitar a idéia de benesses do estado ou paternalismo para com o afro-brasileiro e reafirmar a noção de política de reparação dos prejuízos causados historicamente à população negra. (DIOGO, 2004, p.25-26)

A iniciativa inédita para alterar a terrível situação de desigualdade racial se deu no ano de 1983, quando o deputado federal Abdias do Nascimento (PDT/RJ) apresentou o Projeto de Lei 1332/83, prevendo a destinação de vagas para negros, prioritariamente, no mercado de trabalho. O projeto nunca foi apreciado pela Câmara dos Deputados, mas abriu caminho para o debate sobre ações afirmativas em favor dos negros no Brasil.

Outro que se dispôs a entrar para a história racial do país foi o então Presidente da República José Sarney, que anunciou no centenário da Abolição da Escravatura, comemorado em 13 de maio de 1988, a criação do Instituto Fundação Cultural Palmares.

Leis anti-racistas em vários níveis jurisdicionais começaram a serem regulamentadas, como é o caso, em particular, do Artigo 5º (inciso 42) da Constituição Federal de 1988 que tornou a prática do racismo um crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão. “XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei” (Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988)

Diante da inserção e do apoio de políticas públicas para negros em universidades e no mercado de trabalho, vários projetos de lei de ação afirmativa federais têm sido, entretanto, adiadas no Congresso Nacional. Aproximadamente

130 Projetos de Lei (PL) que discorriam sobre questões raciais estavam pendentes e, dois projetos de lei notáveis foram apresentados pelo então Senador José Sarney e pelo, na época, deputado federal Paulo Paim (PT/RS).

O projeto de lei do Sarney propõe que 20% das vagas em todas as universidades brasileiras e no serviço público fossem destinadas a negros e pardos. O Projeto de Lei do deputado Paulo Paim, conhecido como Estatuto da Igualdade Racial estabelece 20% de cotas para negros nas universidades públicas, empresas de médio e grande porte, governos locais e estaduais. (TELLES, 2003, p. 81)

Esse debate iniciado no Congresso Nacional reflete que a sociedade estava começando a discutir com prioridade e com mais transparência o problema do racismo no Brasil. Tais atitudes dos representantes do povo e do Estado significavam que a população, bem como membros estratégicos do movimento negro interferiam, de alguma forma, na concepção racial que a sociedade apresenta. A adoção dessas medidas viriam a trazer melhorias para a maioria da população do país e afetaria diretamente na vida dessas pessoas.

Observa-se também que a Conferência realizada em Durban (África do Sul) em 2001, considerada um marco na discussão do racismo no mundo, esta conferência teve papel crucial para a ampliação do debate público do racismo e de questões inerentes ao tema. Após a assinatura do documento final da *III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata* em Durban (África do Sul), ocorrida em 2001, as discussões sobre as políticas entraram na agenda brasileira com maior poder.

As conclusões finais da Conferência solicitavam dos países signatários a adoção de medidas pertinentes para assegurar que pessoas pertencentes a minorias nacionais, étnicas, religiosas e lingüísticas tivessem acesso à educação sem discriminação de qualquer tipo. Não houve dúvida que as políticas de acesso ao ensino tiveram efeito diretamente sobre os negros, mas ainda estava distante

alcançar o objetivo principal da população negra, que seria transformar por completo a desvantagem em relação aos brancos.

1.2. Cotas Universitárias na UNB

No âmbito da educação, mais especificamente em Brasília/DF, capital da República, sentiu-se a necessidade de se provar que, mesmo sendo constituída por 55% de negros e pardos - de acordo com o Índice Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - a população negra ainda não está representada de forma compatível com sua densidade populacional, em um dos setores da sociedade considerados de maior importância para a sua formação: a Universidade.

Dados comprovam que a Universidade Pública brasileira é composta, em sua maioria, por brancos.

Telles nos fala que,

Os poucos alunos negros que completam o curso secundário no Brasil continuam a sofrer desvantagens em sua transição para a universidade. A distância racial quanto ao ingresso nas universidades tem aumentado consistentemente nos últimos quarenta anos. Uma vez que a educação universitária é amplamente considerada como a chave para um *status* social médio, o vestibular se torna o maior determinante para atingir a classe média. (TELLES, 2003, p.242)

Sobre essa situação da educação brasileira, algumas instituições começaram a solidificar propostas que dariam uma condição igualitária para que os negros pudessem ingressar em uma Universidade.

Nesse sentido, a Universidade de Brasília foi a primeira Universidade Pública a idealizar a Política de Cotas Universitárias para negros como principal item motivador de políticas públicas para o país.

No dia 6 de junho de 2003, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da Universidade de Brasília (UnB), adotou, pela primeira vez para o Vestibular de junho de 2004, o sistema de cotas universitárias para negros.

A medida viria a atrair 4,4 mil estudantes de um total de 23,5 mil inscritos – 18,6% dos candidatos. Para esse montante de candidatos, foram destinados, exclusivamente, 20% do total de vagas de cada curso oferecido no vestibular, o correspondente a 392 de 1.994 para negros e pardos.

Na intenção de intermediar os conflitos advindos da adoção dessa política nos quadros universitários, e realizar uma integração social, étnica e racial na universidade, 20% das vagas do vestibular seriam, a partir do segundo Vestibular de 2004 (julho), apenas para negros e pardos.

A medida gerou polêmica e muita discussão por parte da mídia impressa, visto que anteriormente, no Brasil, somente a UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e Uneb (Universidade da Bahia) adotaram o sistema.

1.3 Imprensa e Racismo

O problema da discriminação pela cor da pele é uma questão séria e passa por questões éticas-políticas importantes. A imprensa, como grande interlocutora da sociedade, não deveria, em momento algum, reproduzir o racismo fazendo com que a sociedade se apropriasse desse pensamento. Os diversos meios de comunicação (em sua maioria concentrada nas mãos de políticos e empresários) são aliados na reprodução da desigualdade étnico-racial. Desde há muito tempo, e até os dias atuais, a temática negra nunca foi o principal motivo de reportagens e notícias consideradas importantes.

Na imprensa usual, somente em alguns momentos, o problema da discriminação racial é colocado em pauta, mas sem um compromisso de causa, gerando acusações de conivência na repetição de formas discriminatórias.

De acordo com Sodré,

Essa reprodução começa pela denegação do racismo, habitualmente considerado coisa do passado e não mais

relevante para a caracterização de relações étnicas ou raciais na Europa, Estados Unidos e outros países europeizados. Em seguida, envereda pela componente da cognição social, que trata de atitudes, modelos de pensamento e conhecimento, normas e valores compartilhados pelos grupos hegemônicos. As condições de representação da identidade étnica ainda são estabelecidas por um padrão branco-ocidental que circula, com pequenas variações e adaptações locais, entre as elites da Europa, Estados Unidos e América Latina. (SODRÉ, 2000, p.139)

Assim, os aparelhos de comunicação revelam-se sucessores adequados e eficientes da regra patrimonialista da construção de ilusões para as massas. Observa-se que o racismo continua velado e dissimulado, sendo uma prática comum no espectro da comunicação social brasileira. A imprensa, que tem entre outras finalidades, acrescentar informações à população questões inerentes ao comportamento do ser humano mostra-se falível ao problema do racismo no país e de acordo com a jornalista de economia Miriam Leitão, em *Mídia e Racismo*, esconde esse problema de forma sutil.

E como o racismo se apresenta na imprensa? Apresenta-se na mesma forma odiosa com que o racismo se apresentou no país ao longo dos anos, das décadas, dos séculos: vamos fingir que não estamos vendo. É uma coisa deliberada? Não, não é consciente, não há uma reunião em que se fala assim: “Nós, os brancos, decidimos que esse assunto não tem espaço”. Não é exatamente assim. Se fosse, alguém poderia questionar e a discussão começaria. O problema do racismo brasileiro é que ele não é explícito. Ninguém resolve isso na reunião da pauta, mas a verdade é essa. E a discriminação é mais profunda e arraigada do que parece. (...) Incomoda-me

demais a falta de espaço para este debate, porque eu acho que a discussão do racismo tem que ser cotidiana. (LEITÃO, 2002, p.42-44)

Como se não bastassem as diferenças raciais expressas nos diversos órgãos de imprensa, o negro não consegue encontrar o seu espaço nos veículos de comunicação se não ocupando as inúmeras páginas policiais e tendo estampadas as suas fotografias como uma comprovação de que o negro só remete ao crime, às mazelas sociais.

Segundo Sodré,

Os meios de Comunicação de massa, com suas atuais 'elites logotécnicas' (articulistas, editorialistas, cronistas, editores), verdadeiros 'intelectuais coletivos' dos blocos dirigentes, ignoram a questão identitária ou ainda são atravessados por uma espécie de velha consciência eurocêntrica. Esses intelectuais são naturalmente 'orgânicos' por terem um perfil traçado pela tecnologia, que se esquece de sua feição ocidental-européia. (SODRÉ, 2000, p.139)

Precisa-se, sobremaneira, como afirma Bernardo Ajzenberg em *Mídia e Racismo*, discutir a importância da transparência na discussão do assunto quanto à abordagem dos jornais e da mídia como um todo, para que ela possa admitir seus próprios erros e expô-los ao máximo, discutindo-os publicamente, em seminários, artigos, teses, encontros.

Quanto mais essa transparência for estimulada e realmente se fizer presente em termos práticos, mais a gente vai estar, enquanto mídia, contribuindo para uma discussão que obviamente não é só dos negros ou daqueles que sofrem discriminação, mas de toda a sociedade, porque uma sociedade que tem dentro de si a discriminação, é uma sociedade doente. (...) A mídia deve estar atenta do ponto de

vista de organização de pauta, de priorização dos assuntos de que vai tratar, procurando sempre buscar elementos concretos para mostrar, noticiar, informar sobre aquilo que acontece efetivamente no país. (AJZENBERG, 2002, p.30-31)

2 METODOLOGIA

Para fazer uma análise de conteúdo de material retirado de um veículo de comunicação como o jornal em questão, conhecer o que se passa por trás daquele conjunto de referenciais cognitivos e interpretar o seu verdadeiro significado é essencial para obter um resultado desejado e a comprovação do problema.

De acordo com Sandra Jovchelovitch,

[A] necessidade [de se investigar a mídia] se justifica pela extensão com que a mídia está relacionada, gera e transforma o sistema social e seus processos em sociedade contemporâneas. Ao mesmo tempo, os meios de comunicação são uma mediação que oferece ao sujeito individual uma perspectiva pessoal imediata. A mídia conecta e liga vidas individuais ao construir uma cadeia de códigos compartilhados e reconhecidos (...) O conteúdo da mídia, então, torna-se uma fonte central de dados. (JOVCHELOVITCH, 2000, p.218).

Dessa forma, a análise de conteúdo se faz a partir de um método de análise de texto que abrange as ciências sociais empíricas realizando uma ligação entre um formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais. Ela reduz a complexidade de uma coleção de textos coletados a partir de um delimitado espaço de tempo e revela ao leitor uma classificação sistemática, que é construída desde a contagem de unidades de texto até a descrição de suas principais características.

O método de análise é responsável por produzir inferências de um determinado conjunto de palavras associando-as a um espectro ou contexto social específico da realidade. A teoria e o problema colocados na Introdução serão responsáveis pela seleção e categorização dos referenciais de texto, tanto implícita, como explicitamente.

Esta Análise de Conteúdo tem um foco constituído a partir de materiais impressos permitindo reconstruir estereótipos, pré-conceitos, definições, valores, atitudes, opiniões e indicadores, expressados nas reportagens, matérias, entrevistas e notas.

Outro aspecto inerente é que ela utiliza um conjunto de procedimentos com a finalidade de produzir inferências válidas de um texto, seja sobre emissores, mensagens ou audiência em questão.

“Através da reconstrução de representações, os analistas de conteúdo inferem a expressão dos contextos, e o apelo através desses contextos. Se enfocarmos a fonte, o texto é um *meio de expressão*. Fonte e público são o contexto e o foco de inferência. Um *corpus* de texto é a representação e a expressão de uma comunidade que escreve. Sob esta luz, o resultado de uma Análise de Conteúdo é a variável dependente, a coisa a ser explicada”. (BAUER e GASKELL, 2004, p. 192).

Os mecanismos significativos direcionam seu foco para a relação entre os sinais e seu sentido normal – sentidos denotativos e conotativos do material selecionado. A semântica tem a ver com “o que é dito em um texto?” (BAUER e GASKELL, 2004, p.193). Palavras, sentenças e unidades maiores de texto são classificadas como exemplos de temas predefinidos e avaliações.

Por isso, na presente análise, serão utilizadas oito materiais diferenciados que estão divididos entre cinco reportagens, uma entrevista e uma nota. Essa delimitação servirá para detectar, através de opiniões emitidas no cotidiano jornalístico, a intenção de formar e informar a opinião pública, e reconhecer alguns sintomas ou indicadores do grau de elaboração da questão racial, do ponto de vista daqueles que detêm o poder de informar a própria sociedade.

3. Análise das Matérias do Jornal Correio Braziliense

Matérias publicadas no jornal *Correio Braziliense* sobre cotas universitárias

Matéria 1

Data: 18 de Março de 2004

Título: “Edital com cotas sai hoje”.

Chapéu: Vestibular da UnB

Editoria: Cidades

Quem fala, opina sobre o assunto: Ninguém

Fotografias: Não tem

Resultado: A nota foi publicada na página 29 do jornal e pode ser considerada nota curta, rápida, tendo em vista a complexidade do assunto. Por ser a primeira notícia da divulgação do sistema de cotas universitárias para negros, avalia-se que o espaço que a notícia teve na editoria não foi dos melhores.

Ainda por cima, nesta coluna, que existe no jornal há muito tempo, a notícia divide espaço com outras duas notícias com assuntos respectivamente, sobre violência e drogas, interpretadas como normais para a sociedade. Isto é, existe um senso comum em colocar matérias sobre negros em partes trágicas do jornal. Mais uma comprovação disso é que a “nota” foi publicada ao lado da seção *Obituário* do jornal. É como se fosse um sinônimo de morte aos negros.

Isso demonstra que não foi dada a devida atenção pelo jornal, tendo em vista o problema pelo qual passa o negro no país. Até mesmo quando ele é beneficiado com uma medida de tamanha importância, ele ainda compartilha com informações classificadas como inferiores ou condizentes com a sua realidade, que deve ser mudada.

Ainda assim, no título não se especifica se as cotas são para negros, mulheres ou indígenas.

No segundo período do pequeno texto, diz que as cotas fazem parte de um Plano de Metas. O ideal seria explicar que Plano foi elaborado em junho de 2003 periodicizando o problema.

Em nenhum momento, o texto explicita o valor da conquista de tal política para o negro e nem ressalta a conquista da medida no espectro social.

Matéria 2

Data: 19 de março de 2004

Título: “Negros terão 392 vagas na UnB”.

Subtítulo: Universidade de Brasília lança edital do 2º vestibular de 2004, o primeiro com sistema de cotas. Candidatos terão de tirar foto. A imagem será analisada por uma comissão”

Chapéu: Ensino Superior

Editoria: Cidades

Quem fala, opina sobre o assunto: Vice-Reitor da UnB, Timothy Mulholland; Professora Dione Moura, relatora da comissão avaliadora; Mauro Rabelo, diretor acadêmico do centro de Seleção e Promoção de Eventos (Cespe); Matilde Ribeiro, ministra-chefe da SEPPIR; Wilson Araújo, estudante de Ciência Política (não-cotista).

Além desses cinco, o texto cita uma idéia do Professor Joel Jorge, mas não expressa, com aspas, a sua fala na íntegra.

Na fala do mais jovem, há um erro de concordância gramatical. “...não reconhece...” e não “reconhecer”.

Tamanho do texto: O texto comporta 21 períodos com 458 palavras

Fotografias: 1 (Uma) de um garoto negro em frente á Biblioteca da UnB.

Boxes: 2 (dois)

Um sobre regras do novo sistema adotado e outro sobre um caso controverso ocorrido nos Estados Unidos.

O primeiro possui três períodos com respectivamente, 27, 11 e 8 palavras além do título com duas unidades significativas. O segundo têm cinco períodos com, respectivamente, 8, 26, 17, 14 e 6 palavras, além, é claro do título com três.

Resultado:

Nesta matéria, vê-se que o jornal já dedicou mais espaço para a novidade de Brasília na época. Entretanto, a ocupação da matéria se deu mais uma vez ao lado de uma notícia policial sobre violência e da seção *Obituário*. Se fosse para ser a complementação de informações deixadas vazias pela notícia anterior, não satisfaria nenhum leitor, pois nela não fala novamente sobre a determinação do Plano de Metas.

O teor semântico da reportagem foi mais explicativo e descritivo, além de ouvir mais pessoas. Ressaltar o número exato de vagas que os negros e pardos terão no novo Vestibular no título da matéria atrai a atenção do leitor, mas ao mesmo tempo quer causar sensacionalismo. O título é forte e caracteriza um acinte ao negro. Se a Universidade é branca, o título demonstra o racismo instituído na imprensa, como se os negros não pudessem ter direito à essa política de reparação. É, para a imprensa e para uma parcela da sociedade que tem acesso a jornais, um absurdo o negro ter 392 vagas em uma Universidade Pública. Como se fossem muitas vagas para os negros, que estiveram em toda a sua vida submissos aos brancos e impedidos de colocarem-se em posições melhores e mais conceituadas. Se, desde a existência das Universidades, o quadro acadêmico demonstra que a branquitude domina o espectro universitário, porque a perplexidade do jornal em dizer que 392 vagas serão dos negros?

O fato de na reportagem existir cinco opiniões sobre o assunto remonta o papel da imprensa em intermediar o debate com a sociedade. Ouvir pessoas que possuem funções diferentes, vidas diferentes e idades diferentes, mas que estão inseridas no processo de discussão sobre o assunto merece destaque por parte do jornal. Mostra que houve um esforço em ir atrás de opiniões diversificadas.

A primeira opinião sobre o assunto é a do Vice-Reitor da UnB e sua fala se prende, única e exclusivamente sobre a defesa da instituição, sem deixar polêmicas.

No entanto, a próxima a falar se embaralha e está numa função de muita importância no processo de identificação dos candidatos cotistas. “Com isso... raça negra”, contrapondo a facilidade que existe ao encontrarmos um negro na

rua, ou no trabalho, ou em outro ambiente. Só foram dedicados uma coluna e meia para explicar o novo sistema adotado.

Mesmo falando com cinco pessoas, a reportagem não cita a fala de um dos professores que idealizara a política de cotas, Professor de Antropologia, José Jorge. Seria no mínimo estranho não colocar a declaração de tal professor, pois ele é um dos idealizadores, e como bons apuradores da informação, o contato com ele seria útil ao texto.

Vê-se que a matéria tem uma estrutura carregada de sentidos nas entrelinhas para não dar chance de implementar um debate verdadeiro sobre a questão racial no país, mais especificamente quanto às cotas.

Para completar, a matéria dedica um Box maior que o das regras do novo sistema com um caso ocorrido nos Estados Unidos, em que supõe-se a adoção de reserva de vagas para brancos. Colocar esse exemplo no momento em que discute-se a forma de implementação dessa política pública é ir contra a parcela da população negra.

Matéria 3

Data: 23 de Março de 2004

Título: “O Funil aperta mais”.

Subtítulo: Novo sistema de cotas vai acirrar a concorrência do Vestibular da UnB. Anualmente, serão destinados cerca de 590 vagas para estudantes negros.

Chapéu: Ação Afirmativa

Editoria: Caderno Gabarito (circula um dia na semana)

Quem fala, opina sobre o assunto: Cinco pessoas

Tamanho do texto:

Enquete com Fotografias: 3 (três) estudantes. Um negro, uma negra e um pardo. Todos discordam na enquete do sistema de cotas “Você concorda com o sistema de cotas para estudantes negros?”

Resultado:

Mais uma vez a matéria vê como negativa a adoção do sistema de cotas para negros e pardos. Apesar de alguns que foram ouvidos e disseram que a intenção é positiva, no todo, a matéria classifica como ruim para os que teriam direito à Universidade a reserva de vagas para negros. E quem são essas pessoas? Simplesmente os brancos. Para eles a concorrência seria desigual. Por se tratar de um caderno especial, a influência desta matéria é de alcance maior. Além de ter um público-alvo específico, o *Gabarito* expressa a opinião de muitos jovens, inclusive que estão prestes a entrar na Universidade. O papel deste veículo seria o de conscientizar os jovens para a questão racial nas escolas e universidades. A abordagem deveria ser feita de outra forma. Diante da discussão do tema, talvez seria razoável colocar o debate mais aprofundado, não apenas querendo uma resposta objetiva para publicá-la.

Matéria 4 (Entrevista com o Vice-reitor Timothy Mulholland)

Data: 11 de julho de 2004

Título: “Bolsa para Negros”.

Subtítulo: Vice-reitor da Unb defende ampliação do sistema de cotas com ajuda financeira para aprovados no Vestibular

Chapéu: Entrevista

Editoria: Cidades

Tamanho do texto:

Fotografias: Cinco (Uma central maior e quatro na parte superior da página)

Resultado:

A entrevista está publicada do lado de matérias sobre crime e assalto, reafirmando, que o assunto continua sendo tratado com desprezo por parte dos jornalistas ou de quem escolhe o caderno.

Dentre as 9 (nove) perguntas que os jornalistas fazem, em todas existe um único sentido: o de que o sistema de cotas não é bem-vindo.

A primeira pergunta fala em ‘temor’ e ‘justiça’ questionando se a relação da Justiça não poderia interferir no resultado do novo sistema adotado. A primeira resposta do Vice-reitor foi baseada no exemplo do Rio de Janeiro, no qual não existiria a possibilidade das ações desse poder interferir na questão das cotas.

A pergunta seguinte faz referência sobre um possível abandono dos “cotistas” após o ingresso na faculdade como se eles não tivessem capacidade de seguir os estudos de acordo com os moldes da Universidade por falta de material. A resposta do entrevistado foi à altura do cargo quando diz que o resultado acadêmico desses alunos é “indistinguível” (como será comprovado mais à frente em outra matéria) dos alunos que adentram pelo sistema tradicional. Além disso, ele afirmou que será dado um auxílio a esses alunos na forma de bolsa (justificativa do título) caso exista uma dificuldade de estudar.

Dando continuidade ao assunto, perguntam se a Instituição terá recursos para esse auxílio. Mulholland responde que vai pleitear ao Ministério da Educação (MEC), mais recursos para assegurar aos alunos essa ajuda estudantil.

Mais uma vez, a pergunta expressa um tom insinuante sobre o sistema de cotas questionando-o se essa política, na visão de críticos (não há nomes) é preconceituosa. Mulholland reaje dizendo que o PAS (Programa de Avaliação Seriada) também são cotas existentes atualmente e que, por caminhos diferentes, levam alunos a conseguirem o sucesso acadêmico.

Ressaltando a inovação da Universidade no quesito discussão da raça negra, os jornalistas perguntam: “A UnB é um exemplo a ser seguido?”. Obviamente, que o Vice-reitor afirma que sim e diz também que mais seis instituições já adotam o sistema dando um salto em relação ao debate sobre as cotas universitárias.

A pergunta seguinte reafirma que a discussão por parte do jornal não só manifesta a sua posição contrária como não aprofunda o debate no âmbito da educação. Questionar se cor da pele tem similaridade com a decadência do ensino básico é não saber separar os dois problemas. Cada política pública deve ser implementada em sua especificidade. Para o problema da Educação, vai haver programas que debaterão, tecnicamente, ou de outra forma, uma solução que

venha se encaixar. Já para a discriminação racial, haverá a política de cotas para afrodescendentes nas Universidades, ou outros “28 projetos de lei sobre o assunto”, como afirma o reitor em sua resposta.

A seguinte pergunta comprova que esse meio de comunicação é racista sim, pois tratar uma questão considerada senão um marco histórico no debate do problema do racismo brasileiro, como paliativa, passageira, traz conotações no mínimo complicadas para o jornal, que se mostra não aprofundado nesse debate.

A próxima pergunta já demonstra um desinteresse do jornal, visto que ele repete a quarta pergunta. É a sustentação do descaso por parte de um veículo de alta credibilidade em Brasília e que influencia milhares de leitores na capital da república e até em outros Estados.

Por fim, a entrevista acaba numa defesa clara aos brancos que possivelmente não entrariam no sistema de cotas apesar de uma nota superior nas provas do Vestibular e que isso não poderia gerar recursos, alegações e outros argumentos jurídicos. De forma consciente, Mulholland enfatiza que o regime de cotas universitárias vem para “oferecer a um grupo historicamente excluído a oportunidade de estudar na universidade”.

Matéria 5

Data: 12 de julho de 2004

Título: “UnB anuncia lista de cotas”.

Subtítulo: Universidade de Brasília divulga hoje a lista dos 392 candidatos que têm direito a vagas reservadas para afrodescendentes. Aprovados devem apresentar documentos nos dias 15 e 16 para fazer registro

Editoria: Cidades

Chapéu: Educação

Quem fala, opina sobre o assunto: O Diretor Acadêmico do Cespe, Mauro Rabelo, o Ex-Ministro da Educação José Goldemberg e o Professor de Direito, José Geraldo de Sousa Júnior.

Fotografias: duas

Boxes: 2, sendo um enquete

Resultado:

No segundo parágrafo da matéria, já existe uma idéia que reforça que a política de cotas é passível de recursos na área jurídica para contrapor o mecanismo de inclusão racial conseguido por meio de políticas públicas.

A matéria, mesmo realizando um caráter mais geral dando um enfoque ao vestibular como um todo, vê, em alguns momentos a política de cotas como uma medida não aceita pela sociedade, como é expresso nas perguntas 6, 7 e 8 do 'Tira-Dúvidas', publicado no canto superior direito da página.

Por que foi instituída, se ela é ou não constitucional ou se o problema deveria ser tratado no âmbito social são questões que já estão comprovadas na sociedade brasileira.

Além disso, no último parágrafo, quando se faz a conclusão da matéria, a jornalista diz que a Universidade vai se preparar para receber uma série de liminares a favor dos brancos que não conseguiram aprovação, mesmo tendo uma nota maior no Vestibular.

Para finalizar a matéria, quando o jornal quer mostrar opiniões diferentes, a resposta do ex-ministro da Educação José Goldemberg à pergunta "A Universidade deve adotar o sistema de cotas para negros?", ele é claro ao responder: "Privilegiar certos desprivilegiados vai baixar o nível do ensino superior. É evidente que os negros não têm a mesma oportunidade de acesso à universidade", declarou.

Matéria publicada na Capa do *Correio Braziliense*

Data: 13 de Julho de 2004

Título: "No dia do resultado, as cores da alegria"

Subtítulo: O primeiro vestibular da Universidade de Brasília (UnB) com sistema de cotas teve 96% de aproveitamento das vagas destinadas a candidatos negros. Kassia Daglaby (foto), de 19 anos, a primeira colocada entre os cotistas, ficou em terceiro lugar na classificação geral. Em seis cursos, os estudantes afrodescendentes conseguiram notas mais altas do que os do sistema universal.

Tamanho do texto:

Fotografias: Uma imagem da aprovada pelo regime de cotas manifestando a sua alegria.

As duas matérias a seguir – últimas a serem analisadas - estão postas uma do lado da outra. Ocasão em que o jornal deu maior visibilidade ao assunto, em aspectos de diagramação e tamanho, inclusive com chamada de capa.

Matéria 6

Data: 13 de julho de 2004

Título: “Orgulho de ser negro e calouro”.

Subtítulo: A primeira colocada no sistema de cotas é de origem humilde e mora em Valparaíso. O segundo é de Goiânia e estuda em colégio particular. UnB vai investir em programas de apoio para estudantes carentes

Editoria: Cidades

Chapéu: Educação

Tamanho do texto:

Quem fala: Kássia Daglaby, aluna cotista classificada em primeiro lugar; Ricardo Rabuske, primeiro lugar em engenharia Mecatrônica e o Vice-reitor, Timothy Mulholland.

Resultado:

Logo no início da matéria as jornalistas confirmam a posição contrária da mídia em relação às cotas. Dizem que a Universidade de Brasília “queria favorecer” os “afrodescendentes de origem humilde”. Contrariamente a isso, o sistema de cotas ainda está vigente na instituição e, portanto, quer e deve ser fornecido um sistema igualitário de inclusão racial para esse grupo.

No segundo parágrafo, o jornal fala (de forma fria) que a diferença entre ela (cotista) e o não-cotista foi de apenas seis pontos. Num vestibular concorrido, seis pontos deixam muitos estudantes fora do ambiente acadêmico. Isso mostra que o desempenho da estudante foi muito bom para o debate em torno da questão racial, ainda mais para o curso de Medicina, um dos mais concorridos no país e que a parcela negra da população não este bem representada.

No decorrer do texto, a matéria fala em programas de apoio aos cotistas, mas não especifica quais e de que forma eles acontecerão, somente fala de apoio com materiais didáticos e mais uma vez não aprofunda o debate.

No entanto, o título da matéria expressa um valor da raça negra que, desde a sua existência é discriminada. “Orgulho de ser negro...” é um título que merece ser destacado do jornal e interpretado como uma mudança de paradigma na sociedade brasileira, que passa por momentos cruciais no debate da questão racial.

Matéria 7

Data: 13 de julho de 2004

Título: “Cotas têm 96% de aprovação”.

Subtítulo: Das 392 vagas destinadas aos candidatos negros no vestibular da Universidade de Brasília, apenas 14 não foram preenchidas. Em seis cursos, cotistas conseguiram notas mais altas do que os do sistema universal.

Caderno: Cidades

Chapéu: Educação

Fotografias: Duas

Tamanho do texto:

Resultado:

O sistema de cotas comprovou ser muito eficaz para a sociedade acadêmica brasileira, mais especificamente em Brasília. De acordo com o Diretor Acadêmico Mauro Rabelo, “se não houvesse cotas em 15 cursos, muitos jovens não teriam conseguido uma vaga na UnB.”

Entretanto, o vice-reitor já dá uma visão diferente ao processo, avaliando e concordando em parte com alguns jornalistas que o resultado do vestibular não definirá o desempenho do aluno durante o seu tempo na faculdade.

O jornal propõe um intertítulo “**Recursos**” no 5º parágrafo reafirmando o caráter preconceituoso da cobertura da política de cotas por parte do jornal e

resgata um exemplo ocorrido no Rio de Janeiro, para servir de analogia ao de Brasília, como se aquele pudesse influenciar este.

Para reafirmar a disparidade com que os negros são tratados no Brasil analisemos agora os números disponibilizados no canto direito da página.

Dos 1979 alunos aprovados no 2º Vestibular 2004 da Universidade de Brasília, 378 foram cotistas. Dos 27 cursos de graduação da UnB, 6 cursos que tiveram notas mais altas foram dos cotistas. O primeiro colocado geral deste vestibular obteve 478 pontos, enquanto que, pela primeira vez na história, uma cotista (já citada anteriormente) conseguiu fazer 430 pontos e para o curso de Medicina.

Como não poderia deixar de ser, o jornal *Correio Braziliense* ainda publicou, em uma matéria incorporada logo abaixo da principal uma fala de uma estudante opinando sobre as cotas. “Sou contra e desde que anunciaram, fui contra. Acho que no final, vão entrar os negros ricos e isso acaba não sendo justo”.

Conclusão

O racismo na sociedade brasileira é velado, entre outros fatores, pelo mito da democracia racial tão fortemente disseminado pelas teses do sociólogo Gilberto Freyre e ainda presente nos dias atuais. E como tal, a prática racista manifesta-se em diversos espaços: escola, meios de comunicação de massa, jornais, enfim nas relações sociais. O assumir-se como negro é difícil em uma sociedade como a brasileira que em sua maioria, lhe dispensa um tratamento inferiorizado.

A análise das matérias editadas pelo Jornal *Correio Braziliense* a respeito da cobertura da implementação do regime de cota para negros, sugere algumas conclusões.

Quando o objeto da notícia é o segmento negro, essa notícia pode deixar de existir, ou fatos importantes que os favorecem, simplesmente não são mencionados, como foi observado em algumas matérias analisadas. Ao omitir dados, opiniões, e/ou informações esclarecedoras dos fatos, o jornal pode estar adotando um posicionamento preconceituoso. Ou mesmo de forma deliberada estar manipulando as notícias com o objetivo dissimulado de ganhar adeptos contrários à causa das cotas.

Essa é uma atitude que também reforça a invisibilidade do negro, e pode colocá-lo em uma situação de equívoco em relação ao fato, pela não disponibilização das informações completas.

Outra constatação é a forma desigual, com que o espaço/tamanho da notícia é dado aos segmentos sociais contrários à política de cotas, comparado ao segmento beneficiado, ou seja os próprios negros, bem como intelectuais, professores, pesquisadores adeptos das cotas.

As notícias veiculadas constataam a existência do racismo no Brasil, constituindo o jornal um dos meios, através do qual, parte da sociedade manifesta seu pensamento em relação aos negros. O de que eles são os únicos responsáveis pela situação de desigualdade social e que a solução deve partir

deles mesmos, sem a implementação de ações afirmativas, como a política de cotas universitárias.

Referências Bibliográficas

AJZENBERG, Bernardo. **Como o Racismo opera na Imprensa**. In: RAMOS, Silvia. (org.). *Mídia e Racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002. p. 30-36.

BAUER, Martin W., GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Cap. 1 e 4. Petrópolis: Vozes, 2004.

Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988.

DIOGO, Rosália. **Mídia e Racismo: Ensaio**. Belo Horizonte. Maza Edições, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro, 2005.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações Sociais e Esfera Pública: A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000

KAMEL, Ali. **Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006

LEITÃO, Miriam. **Como o Racismo opera na Imprensa**. In: RAMOS, Silvia. (org.). *Mídia e Racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002. p. 42-43.

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros: Identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003.

ANEXOS